

Copyright © 2008 by Cesar Louis Kiraly

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, California 94105, USA.

Kiraly, Cesar. *O nascimento cético da ciência política e a investigação da natureza humana*. Rio de Janeiro: Edição do Autor – Online, Dezembro 2008.

O nascimento cético da ciência política e a investigação da natureza humana

Cesar Kiraly¹

De algum modo, também eu tenho de chegar a fazer coisas, não coisas plásticas, escritas, – realidades, que surjam do ofício. De algum modo, também eu tenho de descobrir o menor elemento básico, a célula de minha arte, o meio tangível e imaterial para a exposição de tudo...

Carta de Rainer Maria Rilke (10 de Agosto de 1903)

(1) Natureza Humana e investigação

A ciência política remonta o seu surgimento à obra de Maquiavel². E sua consolidação com o desenvolvimento de mecanismos quantitativos pela academia norte-americana. Como se Maquiavel houvesse posto os fundamentos, e a arguta capacidade de mensurar, houvesse posto a determinação dos fatos. Assim, o fazer teórico da ciência política, a despeito das discussões ideológicas, resta idêntico a sua capacidade de descrever e desenvolver argumentos que expliquem relações de regularidade. A vida política como ela é: para que seja conhecida: deve ser identificada por instrumentos de interrogação da realidade, fundados em regras, haja vista que percebemos, desde Maquiavel, a vida política como deve ser é diferente da vida política como verdadeiramente se apresenta. Ao cientista político cabe a descrição e mensuração da vida como ela verdadeiramente se apresenta.

Este primeiro parágrafo, acima, consiste em simplificação brutal. Cabe-nos indagar: a simplificação é apenas uma estratégia retórica do expositor, ou é fruto de um processo mais complicado nas disposições da ciência política? Na verdade

¹ Coordenador Executivo e Pesquisador do Laboratório de Estudos Hum(e)anos do IUPERJ.

² A percepção de Maquiavel como o fundador da ciência política moderna, por si só, é um fato sem relevância. Pois a questão não é a percepção do inventor, mas do momento em que a resposta a um problema da experiência toma os contornos do conceito que desejamos elucidar, para nós, a pergunta é: que tipo de resposta Maquiavel oferece ao problema da política, essa resposta é sistemática? O que podemos chamar de uma ciência da política? A percepção de Maquiavel como o fundador da ciência política se deve muito mais a paternidade do pensamento político moderno. Quanto a isso não há objeção verdadeira: pois a grandes questões conceituais da filosofia política são colocadas, e inventadas, por Maquiavel. O esforço para encontrar um pensamento sistemático em Maquiavel, a ponto de chamá-lo de um inventor da ciência política, está relacionado ao uso que o florentino faz de expressões como *prudência* e *arte*. O fato de que Maquiavel se preocupa com a determinação de uma *prudência da política* ou de uma *arte* entregaria a *vontade de sistema* necessária para a denominação ciência da política. O nome não é importante: Platão no *Político* (p. 341-347) afirma que a política é uma ciência – mas o problema de Platão não é a determinação de sistemas de princípios, mas a visão do sistema de idéias – do bem e do justo; Aristóteles faz distinção entre ciência da política e filosofia política, mas a ciência da política é uma capacidade de criação de modos para a vivência da felicidade do espaço público. *Richard Bodéüs. Aristóteles: a justiça e a cidade. p. 17*

são explorados os dois recursos. Expor a simplicidade da organização da ciência política serve, dentre outras coisas, para mostrar o procedimento de mera atualização quantitativa, suportado pela simplificação teórica, sendo o limitador mais explícito a redução da teoria da política a prática da justificação de modos de causalidade, portanto: de regularidades.

Assim, este artigo parte da seguinte hipótese: duas disposições básicas podem ser encontradas na ciência política contemporânea, ambas resultado dos modos de leitura da tradição da filosofia política: (1) a miniaturização do fenômeno político e (2) o minimalismo do fenômeno político. Essas duas disposições são formadas em virtude do conceito de natureza humana (ainda que a terminologia da natureza humana não seja usada por vários setores da ciência política, não é demais falar, concepções antropológicas estão sempre presentes): (1) a natureza humana como miniatura (opção teórica para simplificar os modos descritivos e determinar a regularidade das ações) e (2) a natureza humana descrita como minimalismo³.

A disposição da miniaturização da natureza humana é a mais habitual na teoria política contemporânea. Pode ser encontrada em argumentos como: (1) supondo a existência de um momento onde os participantes podem celebrar contratos sociais: ignorantes de suas posições na sociedade (ou exercício de poder): construamos as bases de uma sociedade justa, (2) supondo que os homens realizam ações apenas em escolhas racionais, construamos teoria política que seja capaz de prever a opção dos jogadores e (3) supondo que podemos descrever crenças sem o remetimento a paixões, estabeleçamos regularidades fundadas nessas disposições. Os três tipos de argumento apelam, para o recurso formal de suas teorias, à simplificação dos fenômenos. Pequenas cegueiras parciais para sermos capazes de explicar fenômenos. Com efeito, oferecimento de doses moderadas, e manipuladas, de miopia e de hipermetropia para a construção de argumentos teóricos que expliquem (e criem) regularidades.

A disposição minimalista (minoritária) não faz concessões na intrincada relação entre paixões, entendimento e crenças. Contudo, afasta-se da tábua de valores e sentimentos (característica de alguns pensadores do século XVIII, como Adam Smith, e instrumento de fenomenólogos) por entender que essa é muito

³ Uma terceira disposição poderia ser sumariada: aquela presente no idealismo filosófico e na orientação fenomenológica: caracteriza pela natureza humana em hipérbole. As características, nessa disposição, são tão intrincadas que o interesse e a capacidade de previsibilidade política acabam por ser anuladas. O que não interessa à política. Ainda que essa possa se servir, muitas vezes, da reflexão empreendida por essa disposição. Denominamos essa descrição da natureza humana de opacidade. Mas a política possui um objeto determinado: a sociabilidade; e uma atividade descritiva: ser capaz, pela investigação das crenças e das paixões, de estabelecer regularidades. Por certo, a política encontra-se na chave, e no conflito, da miniaturização com o minimalismo.

mais um recurso idealista do que uma disposição conceitual orientada à experiência. Assim, os argumentos miniaturistas são rejeitados. Por outro lado, a posição minimalista não adere à opacidade da natureza humana, percebida em argumentos idealistas ou teleológicos. A disposição do minimalismo está em perceber características mínimas na composição das crenças, em suas relações, constantes, com as paixões e os sentimentos, firmando a descrição possível de regularidades.

Se a ciência política possui o seu fundamento na habilidade de Maquiavel em descrever, de modo indutivo, fenômenos políticos, também encontra abrigo no tipo de concepção antropológica subsidiária aos seus textos. Mas a simplicidade antropológica, ou o seu esvaziamento, não é uma característica maquiaveliana. O que nos levaria a crer que a fundação da ciência política poderia ser resgatada, no sentido do minimalismo, se a complexidade dos tipos antropológicos de Maquiavel fosse resgatada. Essa tarefa verdadeiramente se impõe. Mas não é suficiente. A obra de Maquiavel constitui uma paternidade parcial para a ciência política. Pois, aquilo que denominamos ciência política é sustentado pelo tripé: (1) percepção da crença (independentemente da extensão fornecida ao conceito de crença), (2) descrição de regularidades e (3) formulação de princípios (ainda que com vigência parcial). Maquiavel preenche os dois primeiros itens deste elenco, mas não se preocupa com o terceiro. Assim, pode lhe ser atribuída apenas uma paternidade parcial. Pois inaugura a percepção das crenças na investigação política, basta a leitura dos *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* para apercebê-lo, ou atentar para o papel da opinião e dos sentimentos nas estratégias de condução do poder, nas manobras da virtù, no *O Príncipe*. Contudo, como o indica Lessa, o indutivismo de Maquiavel não tem como objetivo firmar verdades gerais, pois o particularismo engenhoso da natureza humana, escapa a qualquer tentativa de formulação de verdades gerais, seja qual for a duração e a falibilidade do princípio⁴. Para Maquiavel os princípios não são falíveis, os princípios são, de direito, impossíveis e, portanto, quimeras.

Cabe-nos indagar, em termos da filosofia política, quando, efetivamente, surge a possibilidade de uma ciência da política e quais os modos de expressão de seus elementos constitutivos. Esse problema não é historiográfico, ou de mero uso

⁴ Preocupado com a distinção, de Fernando Gil, entre fundamento e fundação, Lessa afirma que o pensamento de Maquiavel é uma filosofia política sem fundamento. Mas com fundações, evidentemente. O que fazemos é transpor a ausência de fundamento, para a natural consequência, a ausência de possibilidade de fixação de princípios. Enquanto pensamento sem fundamento Maquiavel estabelece um modo de aproximação ao fenômeno político, mas não atinge, o que denominamos, com Hume, *a possibilidade de se fazer da política uma ciência*. A distinção entre fundamento e fundação é a seguinte: enquanto o fundamento é sustentado pela evidência (como a prova da existência de Deus em Anselmo ou a prova da soberania em Bodin), a fundação é construída por provas e discursos. Damos à expressão “sem fundamento” peso não metafísico, o que significa “sem princípio”. Renato Lessa. *Pensamento soberano, abismo de fundamento e formas de irresolução*.

da expressão “ciência política”, trata-se de uma questão de percepção formal dos elementos que nos permitem chamar, determinada forma de descrição de fenômenos públicos, de ciência da política. Parece-nos que a possibilidade de tal denominação é possível quando: crença, regras e princípios estão presentes em um mesmo discurso. Hume, no ensaio *Que a Política Pode Ser Reduzida a Uma Ciência*, não parece perceber a sua invenção, mas os três elementos necessários, para uma ciência da política, estão presentes.

Diante de nós a experiência política (a história de Florença vista pelos olhos de Maquiavel ou a história da Inglaterra vista por Hume) mostra, agudamente, a seguinte imagem do pensamento: mundo absolutamente fragmentado, solto em átomos sociais, cujas trajetórias são dominadas pelo acaso. Mundo social onde pensamento e poder parecem divergir completamente: (daí o ceticismo de Hume quanto à efetividade do rebatimento, do pensamento filosófico e político, sobre as instituições e a absoluta falta de crédito, dada por Maquiavel, às idéias abstratas) uma outra habilidade que não a reflexão é demandada para os negócios públicos. Para essa imagem do pensamento, na experiência política, Maquiavel e Hume possuem diagnósticos distintos, muito embora muito parecidos em uma série de aspectos, mas que faz de Hume o detentor da paternidade completa da ciência política. Daí falarmos do nascimento cético da ciência política. Maquiavel e Hume possuem grandes obras como historiadores (a proximidade entre a historiografia e a ciência política é evidente: pensemos em Tocqueville), mas a historiografia indutiva não os satisfaz. Ainda no terreno da indução Maquiavel produz hipóteses sobre a ação da natureza humana da história (tensão entre *virtù* e fortuna), mas não se permite a produção de idéias gerais. Hume, por outro lado, em função de arguta crítica à idéia de indução, se permite, sem deixar de ser cético, perceber que alguns elementos da história política, na experiência, possibilitam a formação de princípios gerais⁵.

Enquanto Hume enuncia os elementos formais de uma ciência da política, dando a essa o seu nascimento, ele mesmo nunca fez ciência política, senão em comentários bastante acidentais. Hume se dedica, quanto à política, a pensar em termos filosóficos, onde a instituição é um dos elementos a serem interrogados. Ao passo que Maquiavel, sem ter enunciado, ou apresentado, os elementos de uma ciência da política, de fato, a empreendeu, pois a sua concepção de natureza humana está dirigida para a ação nas instituições que conhece.

⁵ O problema da indução pode ser colocado nos seguintes termos: a formação de mecanismos perceptivos causais é feita pela indução, o que nos permite formular enunciados como: a causalidade não está nas coisas, nem é uma essência dos objetos, mas está no modo como os percebemos. Assim, pela crítica da indução (não temos experiência de qualquer essência) podemos dizer que a causalidade é resultado de modos cognitivos. Pode, a causalidade, ser distinta se a experiência, indutiva, também o for.

Conduto, a ausência de princípios na obra de Maquiavel não compromete apenas esse último elemento de uma ciência da política, mas também acaba por reverberar na crença e na regularidade. Porque a idéia de crença depende de uma concepção de natureza humana. A natureza humana, sem princípios onde a sua estrutura possa encontrar rebatimento, acaba por se tornar insulada. Não se pode dizer, com efeito, se Maquiavel está mais próximo de uma concepção miniaturista ou minimalista, para tanto, dependeríamos de saber o tipo de rebatimento que a concepção de natureza humana realiza nos princípios políticos. Por certo, Hume encontra-se do lado do minimalismo da natureza humana.

(2) Miniaturismo da natureza humana

Com esta seção não julgamos ser possível exaurir a dimensão miniaturista da natureza humana. Mas temos como objetivo localizar, em alguns discursos da ciência política, essa característica. Empreenderemos o mesmo procedimento, após expor nossos comentários sobre o miniaturismo, com o minimalismo. A análise de um discurso não pode ser exaurida, mas as suas características podem ser percebidas. O miniaturismo apresenta todas as características de uma ciência da política, tal como Hume a descreve em seu ensaio: crença, regularidade e princípio. Entretanto, o que distingue o miniaturismo do minimalismo não é a estrutura formal enunciada, mas a dimensão fornecida ao conceito de natureza humana⁶. Examinaremos três discursos, acerca da natureza humana – explícitos ou implícitos – passíveis de classificação como disposições miniaturistas: (1) a percepção de Schumpeter da natureza humana em estados democráticos, (2) a interação entre paixões e entendimento em Jon Elster e (3) o papel da teoria política em Arthur Stinchcombe. Os três discursos podem ser tidos como exemplos de ciência política aplicada, apresentam todos os elementos que apontamos, mas miniaturizam a dimensão da natureza humana: assim, pode, o discurso, estabelecer perspectiva menos agonística, contudo, ignora (o discurso da teoria política miniaturista) certa dimensão ampla do fenômeno político. Têm-se boas ferramentas, como veremos, mas que impedem certas reflexões.

O discurso de Schumpeter

As teses miniaturistas de Schumpeter são as mais difíceis de serem combatidas, porque não são teses sobre a amplitude da natureza humana, mas

⁶ A estrutura do miniaturismo é a mesma do minimalismo, como afirmamos: crença, regularidade e princípio. Mas, no miniaturismo, a relação entre as categorias é distinta, em virtude do conteúdo conceitual dado a cada uma delas.

teses sobre a miniaturização no contexto político. Schumpeter admite os pontos mais relevantes do minimalismo. E combate, em parte, as psicologias de base, ignorantes dos sentimentos morais e das paixões. Muito embora, os trechos de Schumpeter que analisaremos possuam a menor carga miniaturista, dos autores selecionados: a atenção para os seus diagnósticos nos auxilia a perceber a imagem de mundo esperada por um miniaturista. Por isso, a insistência teórica, de Schumpeter, nos elementos irracionais da natureza humana, em conflito com os racionais, nada mais é do que estratégia para inserir a temática do *miniaturismo da vontade*. A vontade é de tal forma atrelada aos afazeres cotidianos, como o cuidado com a casa, com o próprio trabalho, quando se volta para a política, não consegue se ambientar nesse novo mundo. A vontade é uma miniatura, pois ao se ambientar com as forças de agregação do hábito, não consegue se desvencilhar delas. O jogo da racionalidade e da irracionalidade é fundamental para esse processo.

Para Schumpeter a razão é a capacidade de realizar, intencionalmente, um desejo. Assim, é racional que eu procure o gelo na geladeira e não no forno. Contudo, a racionalidade nada tem que ver com a razoabilidade. Um desejo pode ser razoável, em um dado sistema de crenças, mas não ser razoável em outro, mas sempre será racional nos dois: no caso de seguirem uma mesma lógica de característica instrumental. O exemplo de Schumpeter é a publicidade: é bastante racional que uma dona de casa prefira produtos mais caros, ainda que limitando sua qualidade de vida: pois é capaz de perceber o desejo e agir de modo a torná-lo atual. Inclusive elementos sexuais podem ser usados para mobilizar elementos racionais do desejo⁷.

A concepção de natureza humana, de Schumpeter, é ampla sem se tornar complexa: mobiliza categorias como desejo, sexualidade e ampla sorte de elementos não racionais para a tomada de decisões. Mas a sua determinação ocorre de modo invertido e por isso realiza os efeitos miniaturistas. Pois ao invés de adotar ponto de partida miniaturista, faz com que o miniaturismo seja a consequência de uma natureza que poderia ser muito mais criativa, mas que não é por uma vontade deliberadamente fraca. Ao jogo enunciativo de Schumpeter nos resta apenas aceitar a pequenez de escolhas da natureza humana; basta deduzir que paixões, afetos e entendimento estão a serviço de dinâmicas sociais fúteis. A razão, para Schumpeter, não é universal e pode ser distinguida em racionalidade de pensamento, atende a regras gerais, e racionalidade de ação, ação intencional para a realização de desejos (as duas não são associadas ou devem estar juntas em uma mesma ação) e a razão se opõe à irracionalidade. Por definição negativa é a irracionalidade a incapacidade de se realizar um desejo de modo intencional.

⁷ Capitalismo, socialismo e democracia. p. 314

Então, manifestações volitivas e paixões extremadas são irracionais. A distinção entre racionalidade e irracionalidade é a porta de entrada para compreendermos o miniaturismo de Schumpeter. Pois, ainda que admita a composição heterogênea da natureza humana, (entendimento, paixões etc) indica: no âmbito público é desejável que a natureza humana realize desejos intencionais; esses são aproximados a hábitos ordinários e acabam por dar à natureza humana a disposição de lida racional com objetos imediatos. Por separarmos a razão da falta dela: tornamo-nos prisioneiros de nossos hábitos primários. Assim, a ação política nos é entediante: na medida em que suas regras são de difícil percepção não conseguimos aderir a elas: ou pensá-las⁸. A percepção da realidade se dá em dimensões muito próximas: a atividade política, por ser distante, realiza efeitos de ficção: de modo que a adesão é bastante complexa. Poucos, na percepção de Schumpeter, conseguem vivenciar a política como uma realidade.

Assim, o senso de realidade parece se perder ao olhar a vida pública: “sentimo-nos como se nos movêssemos num mundo de ficção”. Dessa forma, existe frustração fundamental: como os sentimentos políticos nunca conseguem se transformar em vontade, em ação responsável e intencional, acabamos por tornar opaca nossa capacidade de aderir a sentimentos provenientes da política: quando o fazemos é por razões não políticas⁹. A natureza humana, e seu apego ao hábito, na concepção de Schumpeter; faz-nos vocacionados naturais a grandes jogadores de *bridge* e selecionadores de leguminosas. Uma natureza humana que não chega a ser nula, pois percebe o potencial intrincado de suas tensões, mas que é pequena, não é mínima, mas miniatura de si mesma: do que poderia ter sido, mas não é. Entrevê-se a natureza toda, e seus potenciais, mas só se realiza a miniatura¹⁰. A conseqüência invertida dos efeitos da natureza humana, que pelo hábito, influencia a concepção teórica, é assustadora ao minimalismo. Por certo, não podemos negar a imagem de mundo produzida por Schumpeter. Mas podemos

⁸ Capitalismo, socialismo e democracia. p. 315 “A mesma coisa acontece com a maioria das decisões da vida diária, situadas dentro do pequeno campo que a mente do homem pode abarcar com a inteira compreensão de sua realidade. A grosso modo, consiste das coisas que interessam diretamente ao indivíduo, sua família, negócios, *hobbies*, amigos e inimigos, cidade ou bairro, classe, igreja, sindicato, ou qualquer grupo social de que ele seja membro ativo, enfim, as coisas sob sua observação direta, os fatos que lhe são familiares independentemente do que o jornal diz, que ele pode influenciar ou decidir diretamente e para as quais ele desenvolve uma espécie de responsabilidade, induzida por uma relação direta entre os efeitos favoráveis e desfavoráveis de um determinado curso de ação”.

⁹ Capitalismo, socialismo e democracia. p. 318 “De fato, o cidadão privado que medita sobre a situação nacional não encontra campo de ação para sua vontade nem tarefa em que ela possa se desenvolver. Ele é membro de um comitê incapaz de funcionar – o comitê formado por toda a nação – e é por isso mesmo que emprega menos esforço disciplinado para dominar um problema político do que gasta numa partida de *bridge*”.

¹⁰ Capitalismo, socialismo e democracia. p. 318 “O cidadão típico, por conseguinte, desce para um nível inferior de rendimento mental logo que entra no campo político. Argumenta e analisa de uma maneira que ele mesmo imediatamente reconhecera como infantil na sua esfera de interesses reais”.

negar o efeito invertido, da mesma forma como negamos o efeito enunciativo (como os de Elster e Stinchcombe): o que significa dizer que negamos que as opções comezinhas fundem a natureza humana, da mesma forma, como negamos que a enunciação delimitadora crie a única imagem de mundo possível. A percepção dura do conceito de realidade faz com que peque de dogmatismo, de um modo como não pecou, ao perceber que a razão não é um conceito absoluto: por isso deve ser indicado que *o sentimento de ficção, também é um sentimento da experiência do mundo*. Assim, o mundo conflitivo e separado, entre realidade política e disposição fictiva, não é tão evidente quanto Schumpeter julga crer, em seus comentários sobre a natureza humana.

O discurso de Jon Elster

Antes de examinarmos as teses apresentadas por Jon Elster, detenhamo-nos um pouco no título de sua obra¹¹. Façamos uma pequena reflexão formal acerca dos sentidos a que seu título remete: “*peças e engrenagens*”. Reflexão formal no sentido de investigar a interação entre os termos de seu enunciado. Não é preciso ser muito atento para perceber: as peças antecedem a engrenagem, tanto na enumeração, quanto em especificidade. Com efeito, é preciso que peças sejam agrupadas de modo sistemático para que uma engrenagem possa existir. Podemos dizer, inclusive, as engrenagens possuem a sua condição de existência formal fundada na necessidade da presença de peças. Mas a simples existência das peças não permite o aparecimento de uma engrenagem. As peças podem ser desconexas, podem, simplesmente, não se encaixar. Podemos ter um número infindável de boas peças, mas quando colocadas juntas, são incapazes de produzir uma engrenagem. Podemos, em outra situação, ter em mãos um certo número de peças, que interagem bem, e outro conjunto de peças, outrossim, que simplesmente devem ser descartadas. A interação dos termos, no enunciado de Elster, é perfeita. A reflexão sobre as peças, utilizadas nas ciências sociais, é o que permite, a construção de engrenagens, mas como o termo menor deve vir antes do termo maior, a engrenagem não é necessária, mas contingente. Depende, dessa forma, da conquista da sistematicidade entre as peças.

De modo bastante reduzido, e faremos com que os enunciados de Elster tenham validade apenas no âmbito político, muito embora seu objetivo seja mais amplo (pensa nas ciências sociais): as engrenagens e as peças interagem na associação produzida entre concepção de natureza humana e instituições. A

¹¹ *Peças e engrenagens* não é o trabalho mais completo de Jon Elster, como o mesmo afirma em seu prefácio, trata-se de uma obra intróito para o tipo de reflexão que realiza em ciências sociais, por isso mesmo é a pesquisa ideal para o tipo de argumento que defendemos aqui. O argumento do miniaturismo.

natureza humana é percebida como coerente desde que coerente com a regularidade das instituições. Assim, o argumento de Elster nos permite ver como, em certo discurso da política, a discussão sobre a natureza humana é afastada, ou assumida, apenas enquanto conceito de indivíduo político, em virtude do bom funcionamento da engrenagem. A disposição teórica não deve, para Elster, servir a natureza humana, pois a pesquisa dessa é infundável, mas servir à engrenagem do conhecimento social.

A ciência da política possui um desafio maior. Precisa ser um saber atrelado à experiência, sem prescindir da atividade de estabelecer sistematicidade entre suas peças. Essa atividade é inventiva por natureza. A experiência *realista* (lembramos dos comentários sobre Maquiavel e Hume na primeira seção) não é propriamente uma disposição à sistematicidade. A experiência na sua dimensão realista está presa à dimensão *impressionista* dos fenômenos¹². A engrenagem surge para direcionar o tipo de experiência que será privilegiada pela investigação. Assim, o *olho teórico* da ciência política é bastante fiel ao objeto, mas só percebe o *objeto* (estático ou fugidio?) desde que coadunado com o processo de percepção dos mecanismos sistemáticos, o que significa dizer que a ciência da política, ainda que não saiba exatamente o que vai encontrar na sua investigação, da regra ou da crença, sabe o que deve fazer com a experiência apreendida, uma apreensão em contexto aberto; possui uma direção: a transformação de peças em engrenagens.

Além da interação, entre termos atômicos, e da transformação de peças, em partes de engrenagens, a ciência política também se preocupa com o porquê de suas investigações. A *peça* ainda que seja um termo lógico, para a ciência da política, é alguma coisa a mais do que um elemento para a composição de sistemas. A *engrenagem* também não é uma simples composição de termos unitários. A peça, da ciência da política, na perspectiva miniaturista deve ser entendida como o portador de crenças (não se discute os mecanismo cognitivos de formação das crenças, mas apenas a percepção de que essas existem e podem ser vistas como regulares). A noção de indivíduo político é a simplificação de uma questão filosófica mais complexa. Elster, por essa razão, prefere não falar da temática filosófica da natureza humana, opta por uma classificação política e social da natureza humana, o indivíduo enquanto agente social.

O individualismo metodológico, proposto por Elster, dimensão prioritária da miniaturização, preocupa-se com o estabelecimento de cadeias causais da ação

¹² A dimensão impressionista diz respeito ao processo de conhecimento da impressão (como Hume a descreve no Tratado da Natureza Humana), imediatamente convertida em idéia. Em política o impressionismo adquire sentido de formação de imagens pela indução. Maquiavel, com efeito, quando se recusa a criar verdades gerais, assume perspectiva impressionista. Hume, quando admite a hipótese, parcial porque cética, da formação de princípios reconhece o impressionismo, mas lhe dá imagem pelo conceito.

individual. Por cadeia causal podemos entender a relação de pertencimento de um efeito a sua causa. Elster compreende a tarefa da ciência da política como costura dos efeitos sociais a suas respectivas causas. Ainda que reste, por vezes, alguma arbitrariedade na conexão entre o efeito e a causa, a ciência da política, segundo Elster, tende a minimizar essa arbitrariedade investigando elementos que ajudem a condicionar a ação dos agentes. Para que essa costura possa ser empreendida: desejos, preferências e carências devem ser investigadas¹³. O miniaturismo, de Elster, deve em muito a sua psicologia de base, que prescinde da interrogação da natureza humana, trata-se de uma psicologia dos comportamentos. Assim, quando afirma que desejos e preferências são relevantes diz respeito apenas ao comportamento habitual das pessoas expostas a determinadas situações e não às suas crenças.

A escolha do indivíduo, como átomo da investigação social, também guarda certa arbitrariedade, arbitrariedade tão grande quanto optar pela coletividade como medida primeira da vida social. Esse comentário não chega a constituir uma crítica, trata-se muito mais de uma constatação. O erro metodológico habita na completa falta de ceticismo acerca do modelo. Se Elster, porventura, mostrasse que o individualismo é uma perspectiva, dentre muitas, pudéssemos ponderar: a arbitrariedade é sanada pela possibilidade da assunção de outras imagens do pensamento. Mas essa disposição não é a de Elster. Na ciência da política de orientação minimalista, de orientação maquiaveliana (indutivista e impressionista) e humeana (impressionista e cética), é impossível afirmar apenas uma perspectiva como capaz de revelar a inteireza dos fenômenos. Se pensarmos em outras posturas que privilegiam a individuação (percepção de Duns Scotus), mas que não são partidárias do individualismo, como por exemplo, a sociologia de Gabriel Tarde; chegamos à conclusão de que um certo perspectivismo cético pode ser tomado como fundamento para a ciência da política¹⁴.

Minimalismo e algumas formas de miniaturismo estão de acordo acerca do caráter prejudicial da crença exagerada na razão. De modo que dizer: a crença onipotente na razão é uma variação irracionalista, não é um absurdo. Do axioma da crença na razão podemos produzir um outro sobre a causalidade: *a crença na onipotência da causalidade é uma forma de produzir causalidade*. Hume percebe, o que revoluciona a filosofia da ciência, inclusive a possibilidade de se pensar na dimensão científica da política, a causalidade não é necessária, mas uma

¹³ Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. p. 30

¹⁴ A referência abrupta a Gabriel Tarde serve apenas para mostrar: existem outras versões fundadas no atomismo perceptivo, que não o individualismo, que se preocupam com a dimensão das crenças e dos desejos. Assim, a alternativa ao individualismo, miniaturizador da natureza humana, não é algum tipo de coletivismo opaco, mas modos descritivos que investiguem a dimensão cognitiva da crença, ao mesmo tempo em que investigam o seu rebatimento nas dinâmicas institucionais.

determinada disposição da natureza humana, fadada a conduzir os juízos pelo hábito, de modo, a natureza humana busca, no passado, explicação para as tendências do futuro. Hume nota, também, a causalidade não está nas coisas, mas está na experiência, diferentes maneiras de perceber um fenômeno permitem: diferentes modos de descrever a causalidade. Inclusive a noção de crença depende da disposição da natureza humana em buscar a composição do conhecimento pelo estabelecimento do hábito. A crítica de Hume nos indica a inexorabilidade do hábito, mas não naturaliza o hábito, ou suas regras, pois como a causalidade não é uma essência, apenas pode ser interpretada como um acidente, uma circunstância, daí o ceticismo epistemológico de Hume. Muito embora não nos seja possível pensar sem a causalidade é relevante que o hábito seja constantemente interpelado. Porque hábito, que não submetido ao veneno do cético, acaba por se consolidar em dogma nocivo.

As crenças são formadas pelos hábitos, na experiência, mas também podem ser formadas pelas crenças na experiência da vida moral, como, por exemplo, as crenças produzidas por instituições (na filosofia de Hume a instituição pode ser vista como uma espécie de crença cristalizada). Com efeito, a crítica do minimalismo, ao miniaturismo, deve responder duas questões: (1) somos produtores de crenças? (2) Somos enformados pelas crenças? O século XVIII responde a primeira questão de modo afirmativo, e ainda que se ocupe da segunda, nela não está a sua ênfase. Por outro lado, o século XIX faz da segunda questão a sua ênfase, quase olvidando a primeira. A contemporânea ciência da política, pelo menos segundo o diagnóstico minimalista, percebe a autonomia, na produção de crenças, não como um império absolutamente intocável, nem como regime de subjetividades fadadas à passividade.

Elster comenta, e esse é o diagnóstico miniaturista, “[a] capacidade das instituições para agir efetivamente pela mudança social em larga escala e a longo prazo é severamente limitada, em parte por razões ... da pura complexidade da causalidade social¹⁵”. O que nos faz entender, muito embora as instituições sejam construídas por um determinado regime de crenças, essas crenças, ao se tornarem programáticas de um conjunto de regras estratificadas, possuem pouca capacidade para produzir mudanças sociais. Da mesma forma, como as crenças tendem a cristalização, as instituições tendem ao estratificado. Assim, ao mesmo tempo em que consideramos a autonomia criadora das instituições, consideramos a capacidade das instituições em produzir crenças geradoras de sua própria estratificação. Trata-se da produção racional de uma instituição que só é possível em virtude dos sentimentos morais que são invocados. A distinção entre a posição

¹⁵ Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. p. 196

minimalista e miniaturista é: *ao miniaturista é vedado ver elementos excedentes da natureza humana capazes de criar para além das instituições, enquanto o minimalista não descarta a hipótese, muito embora seja cético. De um lado, a descrença racional na natureza humana, do outro, a crença parcimoniosa na capacidade pública da imaginação.*

A relação, nos estudos teóricos, entre paixões (sentimentos morais) e racionalidade nunca é pacífica. A prova desta dificuldade é a descrição das dinâmicas internas das instituições. Quando trata de uma escolha racional Elster comenta: “[...] é guiada pelo resultado da ação. [Sendo que as] ações são validadas e escolhidas não por elas mesmas, mas como meios mais ou menos eficientes para um fim ulterior¹⁶”. Sabemos, nem sempre nossas ações, racionalmente determinadas, geram efeitos institucionais previsíveis. Assim, o estabelecimento de tendências não oblitera a instabilidade acerca do resultado: da influência das paixões sobre a razão. Hume diz: o entendimento é escravo das paixões. Não porque o entendimento é de importância diminuta, para a natureza humana, mas porque, na dinâmica das influências, os juízos do entendimento são influenciados, com muita força, pelas disposições afetivas. Descarta-se a investigação das paixões, em virtude da instabilidade, mas a tese no minimalismo é subjacente a qualquer miniaturismo, pois até mesmo a razão não consegue sanar a sua instabilidade:

A formação das crenças também pode sair errada sem qualquer interferência das paixões. Especialmente ao lidar com assuntos estatísticos, nossas mentes são sujeitas a ilusões e falácias que foram mapeadas com fascinante detalhamento durante os últimos dez ou quinze anos. Muitas foram inicialmente demonstradas em experimentos e mais tarde reconhecidas em situações da vida real¹⁷.

As paixões não são as únicas capazes de produzir crenças afastadas da experiência. O artifício racional, o qual estabelece a ligação da causalidade com os fenômenos sociais, guarda uma significativa imprevisibilidade. As peças e as engrenagens contam com a instabilidade inexorável da imaginação. Além da pesquisa acerca dos mecanismos causais, também cabe à pesquisa sobre os fundamentos da racionalidade, a composição irracional de nossas personalidades, e a interrogação acerca do modo de influência, dessa interação, nas dinâmicas formadoras de instituições políticas. Com efeito, Elster é bastante tributário do imaginário e do vocabulário teórico do Esclarecimento Escocês.

A história, para Ferguson, é feita pela vontade humana, mas não pelo desígnio. Essa distinção entre vontade e desígnio lembra a insegura corda sobre a

¹⁶ Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. p. 38

¹⁷ Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. p. 56

qual a ciência da política se equilibra. Uma corda que se divide entre: objeto determinado, capacidade de criação e necessidade de inventividade. Uma corda entre dois mundos: poética e mapeamento. Ensaíamos explicações causais, ainda na ausência completa de previsibilidade, outrossim, habitamos o grão de areia da consciência, no mar revolto das paixões.

O discurso de Arthur Stinchcombe

Ainda que alguns elementos possam ser identificados antes do século XX, parece-nos, que apenas com o adiantar do triste século, surgiu o que podemos denominar de atitude meta-teórica. Por atitude meta-teórica, pois, identificamos a postura de descrição de como a atividade teórica é empreendida¹⁸. De modo que poderíamos diferenciar os teóricos em (1) enunciadores de proposições normativas ou explicativas sobre o mundo e (2) enunciadores de proposições explicativas sobre o que os teóricos fazem quando estabelecem proposições normativas ou explicativas sobre o mundo. A história da atividade meta-teórica remonta ao círculo de Viena, não em todos os seus pressupostos, mas no esforço de mostrar que boa parte da tradição filosófica estava comprometida com “idéias metafísicas”. A expressão *wissenschaftliche weltanschauung* explicita o significado do esforço meta-teórico: tornar evidente a falta de sentido de alguns filósofos, notadamente os idealistas, e fundar visão de mundo cujo padrão seja a verificabilidade, tal como a ciência natural convencionou compreendê-la.

Por volta de 1925 o círculo passa a contar com uma forte aliada, a filosofia analítica de Wittgenstein, com seu *Tractatus lógico-philosophicus*, título sugerido por Moore: desenvolve o suporte lingüístico da meta-teoria do círculo. Com a tese básica de que a linguagem não se refere a coisas, mas a tudo aquilo que é o caso, ou seja, um conjunto de coisas, a relação entre a linguagem e aquilo que é o caso, estrutura átomos de significado, onde a linguagem diz corretamente a coisa. Consiste em proposta meta-teórica porque busca evidenciar que a filosofia, comumente, não estabelece relação entre o caso e a linguagem, produzindo falsas descrições do mundo. Cabe à filosofia não estabelecer proposições sobre a experiência, mas esclarecer proposições, que por alguma razão, falsificam a relação entre a linguagem e o caso.

¹⁸ Por certo, a filosofia sempre teve preocupação de refletir sobre o ato de filosofar. Mas não se trata de determinação dos modos corretos de filosofar, mas sobre a consistência dos argumentos, a distinção entre argumentos silogísticos e entimêmicos. A atitude meta-teórica é aquela que afirma no que a teoria deve consistir. No caso examinado a atitude meta-teórica consiste na afirmação de que teoria é a justificação de relações causais.

A virada pragmática da filosofia de Wittgenstein o afasta do círculo, mas estabelece um novo meta-relato. Com efeito, se o *Tractatus* busca compreensão “essencialista” entre aquilo que os filósofos são capazes de falsear, e o uso correto da linguagem, o texto das *Investigações Filosóficas* estabelece a necessidade de uma “pragmática” da linguagem. Ainda aqui: o que os filósofos fazem é passível de desconfiança, não porque a filosofia não seja capaz de estabelecer relações entre a linguagem e o caso, mas porque relações de essência não existem, apenas razões de uso. Wittgenstein afirma que a filosofia começa quando a linguagem sai de férias; no contexto investigado, esta assertiva deve ser interpretada no sentido da incapacidade dos filósofos em respeitar as regras da linguagem para dizer o que desejam (se respeitassem não conseguiram sequer dizer).

Arthur Stinchcombe pode se lido na mesma chave de Wittgenstein; no sentido de que seu livro *Constructing Social Theories* constitui meta-relato sobre a atividade dos teóricos¹⁹. Não visa propor uma filosofia política, mas mecanismos que devem ser observados, quando da proposição de elementos à política. Citaremos um trecho, de sua introdução, onde relata suas pretensões acerca da personalidade teórica: salienta que a investigação sobre a forma lógica das teorias é fundamental. Sugere a seus alunos, confia-nos, a escolha de algumas relações entre variáveis. Os alunos devem inventar pelo menos três teorias, de modo a explicar e elucidar a relação escolhida. A pessoa que não é capaz de, aleatoriamente, perceber relações e produzir teorias, provavelmente não pode ser um teórico da política. Vejamos o trecho onde expõe parte de suas pretensões:

My experience with gifted analysts of empirical data suggests that eventually the student ought to be able to produce the three theories and nine derivations within an hour or two. If this is a reasonable norm, then a student should have time while reading this book to get a great deal of practice at social theorizing. And although it may reflect my dim view of the state of the discipline, I think the only way to get theories of many important phenomena is to make them up oneself²⁰.

A teoria política deve frente a um determinado fenômeno, trazer explicações que tornem a experiência passível de compreensão, pois por intermédio de um conceito, os objetos componentes do fenômeno, passam a ter a sua interação explicitada pela disposição conceitual. A atividade teórica, quase sempre, comete paradoxos performativos, como quando precisamos mandar uma pessoa ficar em

¹⁹ Ressaltamos, como fizemos com Elster, o argumento do autor tem como objetivo falar das teorias sociais de um modo amplo. Delimitamos o campo de atuação à política em função da estrutura de nosso argumento de demonstração de práticas discursivas miniaturistas.

²⁰ *Constructing social theories*. p. 13

silêncio; ao emitirmos o comando, estamos nós mesmos quebrando o silêncio. O argumento de Stinchcombe guarda um paradoxo performativo invertido, porque ao afirmar o modo como devemos produzir teoria política, limita o campo de produção da teoria, de modo que ao segui-lo não estamos a produzir teoria, mas atualizações normativas de uma meta-teoria sobre o ato de se construir teorias sobre instituições políticas. Uma característica fundamental da atividade teórica é o questionamento do fundamento das noções das quais nos apropriamos, de modo, quando falamos de experiência, constitui parte da teoria, a dúvida sobre a consistência de nosso conceito de experiência. Stinchcombe parece propor que abandonemos o questionamento sobre o fundamento, para estarmos preocupados em perceber, tão somente, se aplicamos corretamente as regras de correlação entre fato social e elaboração abstrata. Se num primeiro momento Stinchcombe parece um empirista, como na tradição de Hume – principalmente quando comenta que sua meta-teoria responde à sua experiência como pesquisador de temas relacionados à sociedade – se atentamos um pouco mais, percebemos, os benefícios do empirismo são rapidamente colocados de lado, em função da estagnação pela qual define as noções de causalidade, verificabilidade e critério.

Assim, arregimentamos mais duas características do miniaturismo: (1) a teoria é percebida segunda dimensão instrumental e (2) existe recusa sobre a pesquisa do fundamento. A dimensão instrumental da teoria é revelada na idéia do fazer teórico reduzido a estabelecimento de causalidade. A recusa do fundamento está na aceitação irrefletida do objeto da teoria política.

Stinchcombe não resume a formas lógicas os modos de feitura da teoria política, mas também não afirma: as teorias da política podem ter algum elemento que escape a formas lógicas. Uma certa beleza dos teoremas perfeitos o encanta²¹. Com efeito, de uma forma semelhante pela qual o sublime matemático, das catedrais góticas, encantava Schopenhauer. “What makes explaining a social phenomenon worthwhile for me is not that it can be reduced to some general logical skeleton”²². O que pode definir um fenômeno político, para Stinchcombe, é o fato de que sempre se pode extrair uma forma lógica de qualquer argumento que teorize a sociedade, de maneira que uma boa estratégia, para o teórico, é estabelecer um meta-relato onde as experiências convencionadas, como bem sucedidas, possam ser recuperadas para produzir novas explicações.

Susan Haack possui argumento semelhante, ao comentar a filosofia da lógica afirma: não podemos dizer que existe uma única forma lógica, segundo a qual todas as tentativas de argumentos poderiam ser “fiscalizadas”, mas existem

²¹ Constructing social theories. p. 5

²² Constructing social theories. p. 5

muitas lógicas. O que não significa dizer que todas as lógicas possuam uma mesma aproximação com a verdade. Para que uma lógica seja bem sucedida devemos indagar acerca de qual teoria da verdade ela possui correlação. Uma teoria da lógica não é eficiente em si, mas em relação aos critérios estabelecidos por uma teoria da verdade. Para Stinchcombe parece acertado afirmar que as teorias da política não atendem a uma lógica pura, mas devem descrever bem fenômenos sociais. Mas como saberemos que determinadas teorias possuem um bom aporte para descrever a sociedade? Extraíndo dos argumentos as suas formas lógicas. Haack explica o relevância de seu argumento da seguinte forma:

O conceito de verdade é tão importante para a epistemologia quanto para a filosofia da lógica. Algumas teorias da verdade têm um componente epistemológico importante, dizem respeito à acessibilidade da verdade; e a procura por um critério de verdade é, freqüentemente, a manifestação de tal preocupação²³.

A assertiva de Haack não é muito diferente do “...teach logical strategies in theory construction” de Stinchcombe. A verdade, para as teorias da política, não pode ser firmada por argumentos arbitrários, uma certa correspondência é sempre necessária, mas, segundo Stinchcombe, existem alguns atalhos, como a correção no uso da forma lógica da causalidade: tanto na causalidade tida como simples, quanto na causalidade entendida como complexa. Um modo de compreender um esquema simples de causalidade é a afirmação $S \text{ é } P$ quando temos X . De modo, para toda a ocorrência de X teremos a sentença $S \text{ é } P$. Basta que possamos nomear os fenômenos segundo a equação para que a sentença produza sentido. A causalidade complexa, por definição, envolve um número grande de variáveis, de modo que $S \text{ é } P$ quando temos X ou Y . Esta sentença pode ser tornada complexa ao infinito, como por exemplo, na afirmação de que $S \text{ é } P$ e Z quando temos X , Y e W . “Dar nome aos bois” é a maior dificuldade na passagem da forma lógica para argumentos de análise política, ou seja, quando trocamos as variáveis lógicas por fenômenos, ou por conceitos, descritivos da vida social. A afirmação $S \text{ é } P$ é muito mais simples de ser aceita do que a afirmativa de que: “toda vez em que tivermos distribuição de renda heterogênea possuímos um cenário de exploração”. O projeto de Stinchcombe possui um sentido pedagógico bastante importante, porque comumente as teorias da política, independentemente de sua originalidade ou vocabulário, acabam por desrespeitar pressupostos formais simples²⁴. O que não significa que pressupostos formais sejam invocados no momento de

²³ Filosofia das Lógicas. p. 133

²⁴ Constructing social theories. p. 182

composição de uma teoria, ou que incongruências formais possam desqualificar, de todo, um argumento.

Contudo, uma crítica, minimalista, que podemos fazer ao pensamento de Stinchcombe, pelo menos com relação a sua meta-teoria, habita no fato: os teóricos, efetivamente, não se valem de formas lógicas *a priori* para estruturar respostas aos problemas que investigam. O que não significa que não possuam uma lógica básica para compor seus argumentos, mas o campo essencial dos argumentos dos teóricos da política, não está circunscrito na lógica básica dos princípios de identidade e não contradição. Parece-nos contra intuitivo partir da lógica para o fenômeno, quando o hodierno, na tarefa dos teóricos, é partir do fenômeno, para então, frente a algumas dificuldades explicativas, invocar ferramentas lógicas para evitar algum problema ou encontrar alguma solução argumentativa.

Não existe muita inovação no pensamento de Stinchcombe, ainda que a sua maneira de aplicar alguns conceitos do empirismo, à realidade social, seja bastante interessante. Contudo, ao tornar a sua meta-teoria um instrumento de ensino, acerca da percepção das formas lógicas, envolvidas no processo criativo da teoria política, impede a crítica aos fundamentos, essencial para a atividade do teórico propositivo. Isto acontece em virtude da compreensão da causalidade. Este conceito não é novo, antes mesmo de Aristóteles, o procedimento dos mecanismos de causalidade é uma preocupação dos filósofos. Contudo, Hume foi um dos primeiros a demonstrar, a causação não é intrínseca às coisas, mas um requisito para a formação do conhecimento. Entre dois fenômenos sucessivos, a causalidade é a necessidade epistemológica, para se explicar, porque X possui relação com Y. Hume percebe, não há razões intrínsecas para conexão entre X e Y, mas razões externas, a causalidade é uma noção que advém do hábito na experiência. Por isso, a necessidade da dúvida cética. Stinchcombe mostra, em teoria política não é diferente:

Many social phenomena tend to be causes of themselves – one established, they tend to maintain themselves. This give rise to an infinite self-replicating causal loop, which preserves social effects of historical causes. We will consider why functional, institutional, and resource-using phenomena tend to regenerate themselves. This analysis gives rise to predictions about which traditional patterns will tend to be preserved, and which will tend to change²⁵.

A ciência da política lida com fato bastante tangível, a sociedade, esta abriga aos indivíduos e constitui cenário para que possam realizar suas ações. Contudo,

²⁵ Constructing social theories. p. 8

sabemos que as ações sociais demandam uma grande proporção de atividade fictiva; como os homens são movidos por valores, precisam nomear estes valores, de modo a perceberem que a vida social é o círculo próprio para o desenvolvimento axiológico. Stinchcombe investiga a questão dos valores no que diz respeito à dinâmica social, mas cabe dizer que valores são inventados, por isso sua grande proporção de atividade fictiva, valores não são voluntariamente inventados, mas são inventados em virtude dos sentimentos desencadeados pelo vida pública. De modo que o conceito que analisa um fenômeno social não é de uma natureza oposta ao fenômeno que analisa. A voluntariedade dos conceitos, pode ser discutida, conceito e valor possuem componentes bastante similares; a causalidade em ciência social possui um duplo risco, portanto: (1) O risco do conceito criar a causalidade que investiga e (2) o risco de se substituir à causalidade social pela causalidade conceitual. Toda causalidade, em última instância, é uma causalidade inventada, mas o que faz com que a busca da causalidade seja relevante para a política é perceber como dinâmicas sociais foram capazes de inventar certas causalidades. Com efeito, o naturalismo causal de Stinchcombe o impede de ver esse fato. Pois se a teoria da política possui uma intensa carga fictiva, também cabe à ciência da política a investigação dos modos constitutivos das ficções.

Aplicando estes princípios às instituições percebemos: o primeiro risco pode ser encontrado nas formulações tomadas como verdadeiras; aquelas onde caberia ao conceito demonstrar o seu estatuto de verdade, mas o toma como evidente, como, quando, por exemplo, afirmamos que uma instituição exerce dominação. Existe modelo conceitual bastante conhecido acerca da dominação, contudo, o fato de estarmos diante de uma instituição não cria a condição, suficiente, da dominação, neste caso o conceito de dominação cria uma causalidade inexistente, qual seja, onde houver instituição existe dominação. De certo modo os dois riscos são indiscerníveis e apresentam formulação um pouco mais complexa, em virtude do objeto: são falácias de *petição de princípio*.

Stinchcombe define as instituições como concentração de poder a serviço de algum valor²⁶. O fenômeno do poder, para Stinchcombe, só pode ser explicado quando atrelado a alguma *estrutura social*. Se as ações de uma pessoa não podem ser previstas isoladamente, também as ações das instituições só podem ser sistematizadas, quando entendidas em conjunto. A previsibilidade demanda o estabelecimento de “pequenas causalidades”. Não é lícito afirmar que o comportamento das instituições seja semelhante ao comportamento da natureza humana, mas os mecanismos de conhecimento, para se apreender as possíveis

²⁶ Constructing social theories. p. 9, 182 e 184

previsibilidades, são os mesmos. Stinchcombe comenta o caráter estrutural dos fenômenos sociais:

That is, often a person's behavior cannot be predicted only by predicting the actions of still others. *Structural phenomena* are phenomena which determine the form and substance of such systems of interaction. One important type of structural phenomenon is what is generally called *power*. The relation between my action and someone else's action quite often cannot be predicted without knowing whether the other person has power over me. This power is generally determined by his place in society²⁷.

Com efeito, a previsão da atividade depende do nosso conhecimento sobre o poder exercido em sociedade, pelas instituições e pelos indivíduos: lugar social é demandado. Assim, para Stinchcombe existe distinção entre o *poder da sociedade* e o poder exercido pelo *indivíduo na sociedade*, de modo que ao pretender uma ação, se percebemos que o indivíduo tem o seu desejo interrompido; encontramos uma limitação social, podemos dizer que não possui poder algum sobre a matéria, tendo em vista, que na hipótese, o poder pertence à sociedade²⁸. Se o poder é definido como o elemento que permite a capacidade de prever as conseqüências de uma ação, de modo que todo aquele que tem poder encontra a sua motivação nos resultados de sua conduta, só perceberemos (em tese) que não possuímos poder, quando encontrarmos frustração para as nossas ações.

Ora, a lacuna entre o poder individual e o poder social é bastante fantasmagórica, não nos parece intuitivo pensar que não seríamos capazes, ainda que não pretendêssemos nada, de saber, socialmente, o que podemos e o que não podemos, ainda que não precisemos desencadear qualquer frustração aos nossos desejos. Quando tenho um desejo frustrado, não percebo, simplesmente, que não tenho poder, mas que a ordem social, onde me encontro, não permite tais e quais ações. Seria intuitivo dizer que o presidente da República possui poder para um decreto e não tem poder para suprimir o meu computador? Acreditamos que não. Não há que se falar em poder para a segunda hipótese, simplesmente a ordem institucional assim não permite. Acreditamos que a confusão acerca do conceito de poder, causada pela distinção de Stinchcombe, advém da separação de fenômenos no poder; parece-nos, na medida em que o poder se expressa no domínio individual e nas estruturas coletivas, que é mais intuitivo pensar o poder como sendo concernente a um único fenômeno: homens em sociedade. Para isso a

²⁷ Constructing social theories. p. 149

²⁸ Sobre a percepção minimalista, e crítica ao miniaturismo, da temática do indivíduo remetemos a nota de número 10. A mesma redução da natureza humana a sua dimensão regular é empreendida por Elster e por Stinchcombe. Argumento central do miniaturismo da natureza humana.

concepção de natureza humana deve ser mais ampla: como pretende o minimalismo político.

Mas esta nossa tese não retiraria a importância teórica das instituições? De modo algum, não há que se confundir singularidades com instituições, do mesmo modo não podemos confundir o fenômeno público do poder, com aquilo que os homens fazem quando desejam levar um desejo a cabo, o poder político é um fenômeno institucional, exercido pelos indivíduos quando investidos de atribuições institucionais. A realização de um desejo, contra a estrutura institucional, pode ser definida como vigor individual ou como violência, mas nunca como poder.

Contudo, Stinchcombe acerta ao identificar instituições com valores, e com o exercício de determinados valores através do poder (e nisso se aproxima do minimalismo); por outro lado, não percebe que apenas o conceito de valor, associado à concentração de poder, não é suficiente para definir instituições. Um valor é um elemento singular. Ainda que encontremos fragmentos de valores em instituições, quando falamos de instituições, não falamos de valores individuais, falamos de “valores públicos”. Ainda que, em sentido impróprio, possamos falar em valores públicos, a utilização correta deveria indicar: apenas existem efeitos públicos de valores privados, mas valores nunca são públicos. Públicas são as crenças. A teoria da instituição de Stinchcombe deveria indicar que instituições são formadas por crenças, pois essas são valores que encontram abrigo na vida social. As instituições são formadas por elementos morais e políticos. Ainda que estes elementos, numa primeira esfera, possam ser identificados com valores, apenas enquanto crenças encontram abrigo na vida pública. Se valores são individuais, as crenças são valores colocados em ação, por isso essencialmente públicas, na forma de estruturas sociais que formam instituições políticas e normas morais. Stinchcombe comenta:

...a value will have more effect in a society, the higher the correlation between power and commitment to the value in that society. Thus, given our picture of the causal efficacy of institutions, it is logical to define the degree of institutionalization of a value as the correlation between commitment to that value and power²⁹.

Valores, para Stinchcombe, possuem mais força na sociedade, na medida em que as instituições os incorporam. Mas devemos perceber que não encontramos *valores* na vida social, mas *crenças*, de modo que seria mais acertado afirmar que instituições são melhores e mais fortes na medida em que realizam a crença dos

²⁹ Constructing social theories. p. 183

indivíduos. Entretanto, as crenças que formam as instituições, do ponto de vista explícito, nem sempre são as crenças que permitem a permanência de uma instituição. Podemos ter instituições que são formadas sob a crença da igualdade, mas não há nada de estranho em perceber, que os indivíduos, em hipótese, na verdade, não possuem qualquer crença na igualdade. Não é estranho pensar que podemos ter uma instituição de promoção da igualdade em uma sociedade que não possui nenhuma crença na igualdade. O que nos faz pensar que nem todas as instituições representam as crenças individuais, ainda que sejam crenças bastante fortes. O melhor exemplo é a cobrança de impostos. A instituição do imposto possui crença nos serviços públicos e na distribuição de renda pelo Estado, mas não é difícil encontrar elementos de crenças que sejam absolutamente contrários à tributação. As crenças, ao contrário da tese de Stinchcombe, não são harmônicas, podemos, inclusive, dizer, as crenças são essencialmente conflitivas, de modo, quando Stinchcombe define instituições como “[...] *values and norms which have a high correlation with power, or as the concentrations of power specially devoted to some value...*” deixa de perceber a lacuna que divide crenças ordinárias das crenças tornadas instituições³⁰.

Por certo, a batalha para a implementação de instituições realizadoras de crenças, coadunadas com a sociabilidade, deve ser travada no âmbito público das próprias crenças, mas como crenças não são voluntárias, percebemos que o uso do conceito é o modo mais eficaz para a demonstração de eventuais elementos contraditórios existentes na vida política.

(3) Minimalismo: Hume e Hart

O minimalismo político para poder ser inventado demanda a disposição impressionista de Maquiavel. O impressionismo diz respeito ao governo da impressão, esse governo, se visto pelo aspecto cognitivo, deve ser chamado indutivismo. Mas enxergamos distinção entre o impressionismo político e o indutivismo, ambos presentes na obra de Maquiavel. O indutivismo fala de certa postura cognitiva que coleciona impressões, cuja agência principal é impedir a formação de idéias gerais e, portanto, de pressupostos dedutivos. Com efeito, o impressionismo diz respeito à lida com um tipo de imagem social produzida pela postura indutiva. Imagem social fundada no fragmento, na quesitação duvidosa, na hesitação etc. A *pragmatikós* de Maquiavel fornece o requisito imagético para o minimalismo de Hume, e, conseqüentemente, para o de Hart. Maquiavel é anterior a qualquer postura minimalista ou miniaturista. Ambas posturas são tributárias do modo de instauração do pensamento inventado por Maquiavel, todavia, ainda

³⁰ Constructing social theories. p. 184

assim, defendemos o nascimento humeano da ciência política, o miniaturismo ou o minimalismo, além de estarem ligados ao indutivismo maquiaveliano; por intermédio do tipo de princípio ao qual se filiam, e esta é a paternidade humeana, acabam por adotar o combate ao fundamento de modos distintos, o miniaturismo, e suas reduções, metodológicas, lógicas ou factuais, resta adepto, *grosso modo*, do indutivismo empirista, sem torná-lo impressionista. O minimalismo mantém a potência imagética do maquiavelismo, mas entrevê a possibilidade de princípios para a percepção das regularidades políticas. Se o miniaturismo reduz a percepção da regularidade ao indutivismo das regras, o minimalismo, percebendo crenças, evidencia que as regras são fundadas em estruturas mais profundas, ancoradas no funcionamento mesmo da adesão à experiência. Essas estruturas podem ser denominadas crenças.

O minimalismo também é um empirismo, mas trata-se de um empirismo impressionista, pois não reduz a idéia de experiência à noção de sensibilidade ou de coleção. Assim, a experiência da política é entendida de modo difuso: pode ser percebida tanto da dimensão ordinária da experiência, pela sensibilidade das regras, como pela dimensão epistêmica da mesma, sensações, crenças e paixões. Trata-se de um ceticismo porque não adere a um determinado princípio, a adesão a princípios únicos é tida como dogmática, mas enxerga, o minimalismo, a viabilidade dos princípios políticos de modo fragmentário e estratégico. Assim, podemos dizer que o minimalismo político possui alguns pontos de ancoragem: (1) a disposição impressionista da experiência, (2) a percepção da viabilidade fragmentária dos princípios políticos e (3) a natureza humana, na sua dimensão experimental, deve ser a principal preocupação para qualquer ciência da política.

Esse último ponto de ancoragem, notadamente humeano, é desenvolvido por Hart. O argumento de Hart é denominado de *conteúdo mínimo do direito natural*; como os pontos abordados são as dimensões essenciais da natureza humana na política, podemos denominar, do ponto de vista do minimalismo, de *conteúdo mínimo da natureza humana*. A primeira investida de Hart, na direção do minimalismo filosófico, foi em 1955, com o artigo, *Are there any natural rights?*, onde percebe ser possível se conceituar um *direito moral mínimo*³¹. A leitura conjunta da percepção da natureza humana de Hume e Hart nos dá os dois pólos de determinação do minimalismo. A dimensão inventiva da natureza humana, no sentido de que inventa instituições, pela prática de suas crenças, e os requisitos de preservação dessa mesma natureza. (1) O primeiro ponto de preservação da natureza humana, na política, é fornecido por Hume; muito embora a natureza

³¹ Analisamos a estrutura do argumento de Hart em *A crença na liberdade enquanto direito moral mínimo* e no livro *O guarda-chuva de regras: um ensaio sobre a filosofia de Herbert Hart*. O argumento do conteúdo mínimo do direito natural analisamos, também, no livro *O guarda-chuva de regras*.

humana não suporte a previsibilidade plena da esfera pública, não subsiste sem alguma percepção da causalidade das instituições, a relação que pode ser extraída da leitura dos textos morais de Hume é a seguinte: imprevisibilidade e previsibilidade tanto podem suportáveis ou insuportáveis, em virtude da relação estabelecida na esfera pública. Contudo, nunca a imprevisibilidade plena é suportada, da mesma forma como nunca previsibilidade plena é suportada³². (2) O segundo ponto do minimalismo é a percepção da vulnerabilidade, ponto esse descoberto e investigado por Hart. As teorias da política minimalistas não estabelecem reduções para a criação teórica, como o fazem os miniaturistas, mas percebem as condições extremas as quais podem ser submetidas à natureza humana. Assim, frente à percepção do extremo, pode-se dizer, que a teoria política que não leva em conta o estado da vulnerabilidade, física e psíquica da natureza humana, é sem serventia conceitual. (3) Teorias miniaturistas costumam estabelecer pressupostos arbitrários no que diz respeito à disponibilidade da natureza humana para aderir a projetos sociais. Muito pouco pode ser dito a esse respeito, para o minimalista, basta percepção de que a força de vontade é limitada, tanto para aderir a pressupostos teóricos, quanto para transformar adesão conceitual em prática na esfera pública. (4) Para a o minimalismo a postura do realismo hipotético é bastante estranha. Por essa postura entendemos a disposição teórica de assumir um determinado preceito como verdade, muito embora se saiba que ele é impossível, para se construir argumentos teóricos em volta da pressuposição. O argumento do véu da ignorância de John Rawls pode ser indicado como um exemplo de realismo hipotético. Para o minimalismo admite-se, pela experiência, que a igualdade dos homens é sempre aproximada, assim, não se conta que sob condições ideais sejam capazes da equidade, nem que em condições extremas sejam capazes de fazer maldizer a natureza humana. (5) Se a igualdade é aproximada, também, o altruísmo da natureza humana possui as suas limitações, por isso, o cosmopolitismo fundado em bases altruístas é bastante estranho à postura teórica do minimalismo. O minimalismo não concebe que a natureza humana, comumente, adira a preceitos teóricos, originais, com a mesma intensidade com que adere a crenças ordinárias.

Restaram ao minimalismo cinco fundamentos para a consecução de uma ciência da política. Fundamentos esses inspirados pela possibilidade do fragmento e da versão de mundo. Para que tais fundamentos fossem determinados foi preciso um tipo especial de aproximação dos fenômenos, a experiência não pôde ser

³² Não existe registro histórico de sociedade identificada pela estrutura da previsibilidade plena, mas existe registro de experimento social fundado na imprevisibilidade plena, esse evento atende pelo nome de *Birkenau-Auschwitz*. A maldade é sempre maior quando percebemos que o fundamento desse evento político é a possibilidade de rompimento com toda e qualquer cadeia causal. Consiste em produzir um mundo de absoluta imprevisibilidade.

tratada apenas pelo prisma do indutivismo, pela coleção de eventos, mas também pelo impressionismo, pela coleção de imagens. Essa disposição nos é ensinada por Maquiavel. Mas apenas a coleção de imagens não cria um sistema. E por isso a ciência da política não é produzida pelo florentino, mas sim por Hume, que concebe a possibilidade de princípios abstratos para um sistema da política. Mas todo sistema não é um platonismo? Hume nos faz entender que não. Porque o sistema pode ser percebido, orientado pela natureza humana, enquanto atividade experimental. O sistema é um experimento dessa natureza que projeta. Por isso o sistema nunca é definitivo, mas uma simulação conceitual. Mas os limites do minimalismo ainda não estão definidos na obra de Hume, os princípios de acesso investigativo dessa natureza, sim, esses estão delimitados, mas os limites do que *não* pode essa natureza, Hume não se ocupa com essa temática, a não ser quando percebe que a natureza humana demanda regularidade. Hart nos permite entrever uma primeira imagem do minimalismo político: atividade de investigação política, fundada na percepção criativa da natureza humana: atuante na criação e mudança de crenças sociais e instituições. Essa primeira imagem, ao mesmo tempo em que inventiva e experimental, ocupa-se da vulnerabilidade, das limitações de força de vontade e de altruísmo e da igualdade aproximada entre os homens. Ao mesmo tempo em que o minimalismo é um projeto experimental, trata-se de uma perspectiva ética.

Bibliografia

BODÉÜS, Richard. *Aristóteles: a justiça e a cidade*. Tradução Nicolas Campanário. São Paulo: Loyola, 2007.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PLATÃO. Político in: _ *Diálogos*. Tradução Jorge Paleikat. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1955.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

STINCHCOMBE, Arthur L. *Constructing social theories*. New York: Harcourt, Brace & World, 1968.